



AMEFRICANIDADE COMO ELEMENTO PARA DESCOLONIZAR AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Erica Paula de Vasconcelos dos Santos

Mestranda em Relações Internacionais- Universidade Federal da Integração Latino-Americana-PGRI-UNILA

Paper preparado para apresentação no XI Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-Americana de Ciência Política e a Associação Chilena de Ciência Política, Santiago, Chile, 21, 22 e 23 de julho de 2022

Resumo: O presente artigo traz uma análise crítica dos processos da colonialidade enraizados nas relações internacionais. Seu objetivo é demonstrar como estes processos influenciam na estrutura internacional e como estão envolvidos nos engajamentos da política contemporânea. Para isso, emprega-se o conceito da colonialidade para analisar as esferas de poder nesta estrutura e o efeito da decolonialidade como ruptura nesse processo. Nesse sentido, o argumento do artigo é de denotar a amefricanidade como elemento para descolonizar as relações internacionais. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção aborda a perspectiva teórica sobre a colonialidade e suas influências na contemporaneidade. A segunda seção dialoga com os princípios da amefricanidade e suas potencialidades nas relações internacionais, sob a lente crítica da autora Lélia Gonzalez. A análise crítica da colonialidade presente neste trabalho contribui com o debate de que o processo político internacional é estruturado pelo ocidente, demonstrando que a corrente decolonial do pensamento americanidade é necessária para descolonização na política internacional entre atores e comunidades.

Palavras-chave: Colonialidade; Decolonialidade; Relações Internacionais; Amefricanidade.

Abstract: This article presents a critical analysis of coloniality processes rooted in international relations. Its objective is to demonstrate how these processes influence the international structure and how they are involved in contemporary political engagements. For this, the concept of coloniality is used to analyze the spheres of power in this structure and the effect of decoloniality as a rupture in this process. In this sense, the article's argument is to denote Americanity as an element to decolonize international relations. In order to develop your argument, the article is structured in two sections. The first section addresses the theoretical perspective on coloniality and its influences on contemporaneity. The second section dialogues with the principles of Amefricanity and its potential in international relations, under the critical lens of the author Lélia Gonzalez. The critical analysis of coloniality present in this work contributes to the debate that the international political process is structured by the West, demonstrating that the decolonial current of American thought is necessary for decolonization in international politics between actors and communities.

Keywords: Coloniality; Decoloniality; International relations; Amefricanity.



Introdução

*A história nos engana.. Dizendo pelo contrário
Até diz que a abolição..Aconteceu no mês de maio
A prova dessa mentira..É que da miséria eu não saio
Muitos tempos se passaram e o negro sempre a lutar
Zumbi é nosso herói Zumbi é nosso herói, colega velho
De palmares foi senhor..Pela causa do homem negro
Foi ele quem mais lutou...Apesar de toda luta,
colega velho Negro não se libertou, camarada!
Iêee, é hora, é hora, camará...*

Ladainha de Capoeira “Rei Zumbi de Palmares” do Mestre Moraes

E se a história do “descobrimento” fosse diferente? E se os negros africanos viessem para terras da América Latina por vontade própria, qual seria o tipo das relações internacionais que surgiria desse contexto? Início com questões na tentativa de articular uma análise crítica do engajamento da colonialidade, que é a matriz colonial do poder- MCP, nas relações internacionais. (MIGNOLO, 2019). Sendo nesse sentido, as Relações Internacionais, instituições, Estado e a população global, estão sobre a manipulação da MCP, que é um braço da colonialidade, que, por sua vez, perpetuam relações coloniais, e assim produzem as discriminações sociais codificadas na raça, etnia e nacionais que repousam nas noções de raça e racismo. Esta foi originada em referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados.(QUIJANO, 2007)

Nesse sentido, através do método de pesquisa exploratório, esse artigo objetiva demonstrar como estes processos influenciam na estrutura internacional e como estão envolvidos nos engajamentos da política contemporânea. Isso nos faz entender que o período colonial continua operacionalizando através da MCP, sendo que, alguns autores apontam a administração colonial do passado como sendo entendida como um sistema de poder, tanto simbólico quanto prático, que não cessou. Pelo contrário, ele funciona e ainda opera internacionalmente, por isso, a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação na contemporaneidade. (GROSGOUEL, 2007)



Partindo desses pressupostos, trazemos, para esse diálogo, um novo olhar acerca das relações internacionais que são as perspectivas da autora brasileira Lélia Gonzalez e seu pensamento decolonial pautado na amefricanidade e que também é como elemento de desobediência epistêmica do tradicionalismo eurocêntrico incrustado nas relações internacionais. (MIGNOLO, 2019). Amefricanizar as relações internacionais é compactar a libertação dos subalternos, esta é essencial para transcender a lógica meramente dualista, de complexidade, e demonstrando a indissociabilidade entre contemporaneidade e decolonialidade através desse pensamento de resistências e sobrevivência. (GONZALEZ, 1988).

Esse pensamento centra-se como político-cultural, que ultrapassa as barreiras territoriais, linguística e ideológica e assim, constrói um entendimento mais profundo da América (GONZALEZ, 2021, p. 17). Através da cultura, política, espaços, língua e ideologia do outro não ocidental, por isso, o sentido de ultrapassar as barreiras territoriais, nos fazendo pensar sobre este contato com outros povos incluindo povos originários, africanos, indianos, mexicanos entre outros e assim se tornar desafio da normalização de incluir apenas o ocidente, dessa forma, amefricanizar é refletir em uma longa história do período colonial na América Latina, que trouxe muitos efeitos negativos e turbulentos. (GONZALEZ, 2021, p. 17)

1. A matriz colonial de poder (MCP) é a “ficção universal” do Atlântico do Norte presente na contemporaneidade.

Esforçar-se por ser ao mesmo tempo europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciência. Ao dizer isso não pretendo sugerir que assumir uma ou ambas identidades inacabadas esvazie necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo. Entretanto, onde os discursos racistas, nacionalistas ou etnicamente absolutistas orquestram relações políticas adotivas e originais: a herança intelectual do Ocidente a partir do iluminismo. (GILROY, 2001, p.33)

Apesar da obra ‘*O antrantico negro*’ do Gilroy (2001), fazer parte dos debates sobre modernidade e suas decorrentes relacionadas as questões de nacionalismo cultural, racismo, etnia e autenticidade como fenômenos tipicamente dessa modernidade, e por isso, eles se materializam em um sistema de poder que dá sentido ao mundo político. São estes pontos que



dialogam com as concepções sobre a matriz colonial do poder-MCP trazida pelo Mignolo (2019). Pois, para ele, à colonialidade têm a necessidade de existir dentro de seu domínio (conhecer, sentir e crer), assim, nos faz acreditar na ontologia daquilo que as ficções universais do Atlântico Norte nos convenceram a aceitar como certo e verdadeiro. Nesse sentido, a estrutura organizacional dos países partem da estrutura desse Norte. Segundo ele, isso torna os europeus em "nacionais", já outros povos que não são europeus e estão nas Américas devem ser povos descendentes de indígenas (nativos nascidos no Novo Mundo), e que os povos que habitaram esse território antes da intervenção europeia são referidos como "indígenas" daquele território e não do território europeu. (MIGNOLO, 2019, p. 04). É justamente a ideia do outro, que não se encaixa nessa nacionalidade ocidental por não ser civilizado, desenvolvido, tecnológico etc. Essas concepções pioraram a partir do surgimento da ideia de Estado-nação e a definição dos “Direitos do Homem e do Cidadão”, isso provocou uma barreira entre povos, como o próprio autor menciona que as portas foram fechadas para os menos -Homens [lesser -Man] e não cidadãos, isto é, os “não nacionais” (MIGNOLO, 2019, p. 06).

E a partir disso, além do Estado-nação europeu, surgem as concepções de moderno, secular e burguês, que se propagou por todo o mundo. O autor justamente aponta estes dois fatores pois no sistema Estado-nação a preocupação é (na prática, mas não em teoria) com os nacionais e não com os seres humanos. Sendo os não nacionais, considerados seres humanos inferiores, porque entre eles estão os estrangeiros, imigrantes, refugiados, e, para os colonizadores, os indígenas das terras em que eles se instalam são nacionais de segunda classe. Daí podemos apontar a construção da colonialidade, que é um termo referente à MCP, pois para Mignolo (2019):

[...] a MCP como uma estrutura de gerenciamento (composta de domínios, níveis e fluxos) que controlam e afetam todos os aspectos e trajetórias das nossas vidas. Se observarmos as transformações da MCP desde sua formação no século 16, veremos mutações (em vez de mudanças) na continuidade da orientação discursiva ou narrativa da modernidade e da civilização ocidentais: nos séculos 19 e 20, do cristianismo (católico ou protestante) ao secularismo, liberalismo e marxismo (em outras palavras, da missão cristã à missão civilizatória); e do “progresso” no século 19 ao “desenvolvimento” na segunda metade do século 20.



Assim, toda estrutura administrativa do Estado-nação surgiu em um momento importante para a história da MCP, que segundo o autor, ela foi fundada no século XVI, quando a forma de governo era monárquica e tinha o apoio da igreja nas decisões deste governo. Assim também eram as elites, que assumiam os cargos de governantes sendo a aristocracia em cada um dos estados europeus em formação e as elites do papado romano. (MIGNOLO, 2019)

Nesse período, os critérios que definiam as pessoas como “nacionais” ainda não existiam como conceito nas narrativas hegemônicas ocidentais, porém, o autor descreve que “durante três séculos, as principais “vítimas” das narrativas ocidentais foram os pueblos originarios [povos originais] das Américas (do sul do Chile ao Canadá e ao Alaska) e os africanos escravizados. Esses últimos foram mais demonizados que os próprios africanos naquele momento — para a Europa, a África era o provedor de seres humanos escravizados.” (MIGNOLO, 2019, p.10). Dessa forma, a lógica da colonialidade permanece a mesma, com a retórica (Estados-nação, cidadãos, "Direitos do Homem e do Cidadão") mudada, como mencionado acima.

O modelo formado no governo do Estado-nação, o autor o considera como uma aberração da contemporaneidade, porque ela favorece os “nacionais” sobre os humanos, e assim, perpetua a lógica, de que os não nacionais são menos humanos, formando, como consequência disso, uma atmosfera global de racismo que se enraíza na formação, transformação e gerenciamento da MCP. Que para ele, isso “indica como o racismo é criado por uma classificação epistemológica, e não pela representação de diferenças raciais existentes entre os seres humanos. Os não nacionais (imigrantes e refugiados) tornam -se vítimas do racismo graças a classificações epistemológicas, por isso Mignolo (2011), em seu artigo “Colonialité: Le côté le plus sombre de la modernité” , afirma que:

[...] a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados. A “colonialidade” já é um conceito “descolonial”, e projetos descoloniais podem ser traçados do século XVI ao século XVIII. E, por último, a “colonialidade” (por exemplo, el patrón colonial de poder, a matriz colonial de poder – MCP) é assumidamente a resposta específica à globalização e ao pensamento linear global, que



surgiram dentro das histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe. (MIGNOLO, 2011, p. 02)

A MCP poderia ter acabado quando o projeto global ocidentalizado entrou em colapso no início do século XXI, porém, esse advento só significou apenas o fim da ocidentalização em seu último intento: a globalização neoliberal, e apesar da ocidentalização do mundo não ser mais possível, já que inúmeras pessoas está resistindo a ser integrada nela. Nesse sentido, falar sobre a colonialidade e sua operacionalização nas Relações internacionais-RI e a decolonialidade como rompimento e contranarrativa é essencial para se entender as RI.

1.1 A herança colonial deixada na América Latina: colonialidade e suas perspectivas teóricas.

Antes de abordar o campo teórico que denota a colonialidade enraizada nas Relações Internacionais-RI, é necessário justificar o porque trago tal afirmação nesta sub-seção, assim como também é importante entender a história por trás deste termo, explicadas a partir das discussões entre os autores a respeito. Segundo Joaze Bernardino-Costa & Ramón Grosfoguel (2016), conceituar o termo colonialidade nos remete a refletir em uma longa história do período colonial na América Latina, e como esse período trouxe muitas reações sobre os efeitos da colonização, e estes efeitos podem ser chamados de colonialidade. Sob estas perspectiva, esse termo abrange os efeitos negativos e turbulentos que o período colonial causou, principalmente na América Latina. Sendo que antes de estudiosos utilizarem esta palavra já existia as ideologias que contornavam esse conceito e todas as tradições do pensamento do negro (BERNARDINO-COSTA & GROSGOQUEL, 2016).

Ou seja, a palavra “colonialidade” não era utilizada, mas o sentido dela voltado para os efeitos da colonização já eram mencionados entre pensadores ativistas e militantes em prol da causa do movimento negro, como: W. E. B. Du Bois, Oliver Cox, Frantz Fanon, Cedric Robinson, Aimé Césaire, Eric Williams, Angela Davis, Zora Neale Hurston, bell hooks, entre outros, que mais tarde foram caracterizados como os teóricos da decolonialidade (que veremos sobre na segunda seção deste trabalho) (BERNARDINO-COSTA & GROSGOQUEL, 2016, p. 17).



É importante definir a colonialidade, por dois fatores específicos. O primeiro justifica-se em ela ser uma disciplina que está intimamente entrelaçada às relações de poder, apesar de incorporar diferente processo prático sobre as questões teóricas no que tange o colonialismo e o neocolonialismo (BRANCO & DELGADO, 2019). Segundo, está pautado no conceito de colonialidade e no seu avanço através do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2007, p. 168), que trás junto ao conceito a questão da estruturação hierárquica de poder, ou seja, a matriz colonial e a ‘colonialidade do poder’, sendo esta projetada e articulada no período colonial e permanece ativo internacionalmente, e o Mignolo (2019) coloca sobre a sigla MCP. Nesse sentido, Maldonado-Torres (2007, p. 243), afirma que, pela colonialidade, "emerge de um cenário sócio-histórico particular, o da descoberta e conquista das Américas". Ambos afirmam que:

Portanto, ao invés de se referir exclusivamente à dominação de um determinado território, a colonialidade 'refere-se a padrões de poder de longa data que surgiram como resultado do colonialismo, mas que definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais" (Maldonado-Torres 2007, p. 243; BLANCO & DELGADO, 2019, p. 600).

Grosfoguel (2007) complementa que, essa administração colonial do passado é entendida como um sistema de poder, tanto simbólico quanto prático, que não cessou com o fim do colonialismo. Pelo contrário, ele funciona através da colonialidade, que ainda opera internacionalmente, mesmo que as administrações coloniais tenham sido quase totalmente erradicadas globalmente. Por isso o autor afirma que a colonialidade “permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais” (Grosfoguel 2007, p. 219).

Com o manifesto do Aníbal Quijano aplicando como elemento da colonialidade do poder, sendo que este fator criou um grande desconforto na Europa entre os líderes político no período das reformas pós-revolução industrial, os autores concordam com o Quijano, afirmando o argumento que o colonialismo foi a condição *sine qua non* na formação da Europa, e da modernidade, Ou seja, sem colonialismo não haveria modernidade. (BERNARDINO-COSTA & GROSGOQUEL, 2016, p. 19).



Pois a centralização da colonialidade do poder é as prerrogativas de que a raça e o racismo se formam como princípios da acumulação de capital em escala mundial, sendo o capitalismo a base das relações de poder do sistema-mundo, e neste caso o eurocentrismo dominante controlava esse sistema. Estes aspectos nos faz entender o que o autor Walter Mignolo (2010, p. 12) observou sobre a colonialidade do poder, e a considerou como MCP, ele então articular essa de poder colonial e a matriz na prática e como símbolo que formula uma estrutura nas esferas de controle da economia, autoridade, no meio ambiente e dos recursos naturais, no controle de gênero e sexualidade e principalmente no controle da subjetividade do conhecimento. (MIGNOLO, 2010)

Nesse sentido, isso acontece porque, a MCP surge com a “descoberta” das Américas, como aponta QUIJANO, (2000). Sendo assim, a estruturação formulada pelos colonizadores dentro do novo sistema social, era pela dominação e subordinação entre comunidade-metrópole e os outros territórios-colônias (BLANCO & DELGADO, 2019), a muita diferença entre os conquistadores dos conquistados relação está codificada a partir da ideia de raça e sua hierarquização.

Portanto, entendemos que a expansão colonial europeia foi mais do que apenas um fenômeno com perspectiva eurocêntrica centrada na economia, com práticas na escravidão e na exploração (GROSGUÉL 2007). Esse fenômeno, foi também, o processo da MCP, pois era composto pela hierarquias globais múltiplas de formas de dominação, exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial. E principalmente, com a divisão entre hierarquia racial/étnica do europeia/não europeia [que] reconfigurou transversalmente todas as outras estruturas de poder global (BLANCO & DELGADO, 2019, p. 603). Isso nos lembra a revolta expressada pelo autor Aimé Césaire (2006, p. 86), justamente contra as ideologias discursiva, de verdade única, apregoada pelo mundo capitalista de supremacia branca eurocêntrico, principalmente as ideias do negro bárbaro, primitivo, promíscuo, incapaz de construir uma civilização, sendo estes, sem passado, e por isso eram deslocados da história e da vida política. (CÉSAIRE, 2006, p. 87). Diante dessa perspectiva, é importante entender a relação entre a colonialidade com a raça e como estão ligadas nas dinâmicas das Relações Internacionais.(GROSGUÉL 2007, p. 217)



1.2 A raça enquanto elemento base da colonialidade e ambas operacionalizam nas Relações Internacionais.

Quando mencionamos que a raça é a base da colonialidade estamos olhando para o período histórico, como Amitav Acharya (2022), afirma que:

[...] a raça e o racismo têm sido parte da condição humana ao longo da história é uma questão de debate. Mas não há grande dúvida de que a emergência do racismo como base científica, lucrativa, ofensiva, geopolítica e normativa para a organização da ordem mundial só veio com o aumento do domínio global europeu, que começou no século XVI e se transformou na era da primazia americana após a Segunda Guerra Mundial. Império e escravidão não são novos nem únicos na Europa, mas a ligação simbiótica e de reforço mútuo entre império, escravidão e racismo é um produto é uma característica distinta da ordem mundial liderada pela Europa e/ou pelos EUA. (ACHARYA, 2022, p. 22)

Isso nos faz problematizar a importância das questões raciais para a colonialidade operacionalizando nas relações internacionais, mesmo que os estudos voltados sobre as RI priorizem outros vieses desse sistema. Para Boaventura (2008), delinea pontos de ligação intrínseca entre a raça como base econômica do sistema mundial, pois para ele, “no capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da raça e do gênero, as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três instâncias se associam ou se dissociam em relação ao complexo exploração/dominação/conflito” (BOAVENTURA, 2008, p. 104). Neste caso, entendemos que a engrenagem que faz as RI funcionar é composta pela raça, sendo esta utilizada pela colonialidade em sua formação em MCP, que funcionam através do fator exploração/dominação que se colocou como o meio central e permanente, porque, a dominação tornou possível a exploração e não a encontramos atuando separadamente. (BOAVENTURA, 2008, p. 105). Como aponta Robert Bernasconi (2001, p.22) que “embora alguma forma de crença racista tenha existido anteriormente, só quando os europeus utilizaram a raça para justificar o comércio de escravos e o colonialismo é que os conceitos modernos de raça e racismo foram inventados”. Eric Williams (1994, p. 7), o



primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, afirma que "a escravatura não nasceu do racismo, pelo contrário, o racismo foi a consequência da escravatura", isso nos direciona a entender que a escravatura não foi obviamente uma inovação europeia, mas o comércio transatlântico de escravos diferiu dos seus predecessores em vários aspectos. (ACHARYA, 2022)

Como vimos anteriormente, a colonialidade é a matriz colonial do poder-MCP, que operacionaliza nos diferentes âmbitos do contexto social, político e econômico no sistema global (GROSGOUEL 2007; MALDONADO-TORRES, 2007; BLANCO & DELGADO, 2019). Sendo controlado por essa matriz a economia, autoridades, recursos naturais etc, pois, além da prática ela atua também nos símbolos (MIGNOLO, 2010). Isso significa que essa matriz também é um elemento que operacionaliza, ou melhor, que dá uma continuação as relações de poder, como braço desta, as questões de hierarquização entre as raça e a classe e como ferramenta do racismo, ambos processos operacionalizam nas RI, como aponta Mignolo (2000, p. 17):

[...] os elementos necessários à manutenção da matriz de poder colonial são: (1) a (re)classificação de toda a população global; (2) uma estrutura institucional funcional para articular e administrar tais classificações (aparelho estatal, universidades, igreja, etc); (3) 'a definição de espaços adequados a tais objetivos'; e (4) 'uma perspectiva epistemológica a partir da qual articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir da qual a nova produção de conhecimento possa ser canalizada. (MIGNOLO, 2000, p. 17)

Sendo nesse sentido, integrantes das RI essas instituições, o próprio Estado e a população global, e que o autor afirmar que estas estão sobre a manipulação da matriz colonial do poder-MCP, que é a colonialidade, estas por sua vez, perpetuam relações coloniais, e assim produzem as discriminações sociais codificadas na raça, etnia, na forma antropológica ou nacionais que são modeladas de acordo com o tempo específico, como aponta Quijano (2007). Que repousa nas noções de raça e racismo. A ideia de raça foi 'originada em referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados'. No entanto, esse traço fenotípico logo foi 'construído para se referir às supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos' concebida com a 'categoria social de 'raça' como elemento chave da classificação social de colonizados e colonizadores', formulando “[um] traço característico desse tipo de



classificação social é que a relação entre os sujeitos não é de caráter horizontal, mas de caráter vertical”.

Portanto, a colonialidade baseia-se na 'codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de 'raça' (sic) uma estrutura biológica supostamente diferente que coloca uns numa situação natural de inferioridade aos outros'(QUIJANO, 2000, p. 533; MALDONADO-TORRES, 2007; BLANCO & DELGADO, 2019). É notória a ligação entre raça e a colonialidade do poder, principalmente que esse termo surge como contestação da invasão europeia de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac com a formação as Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados, como aponta o Mignolo (2017, p. 2). Nesse ponto não podemos exprimir outro relato melhor que denota tal ligação entre ambos os contextos, a partir disso, podemos detectar que o campo das RI, especialmente em termos de construções de teorias, apesar de uma ausência de debate sobre raça e colonialidade explícito. Porém se pensarmos nos fenômenos internacionais, contabilizando nos últimos 200 anos, boa parte deles são atravessados por questões raciais, desde o imperialismo e a colonização, as duas Guerras Mundiais, movimentos de auto afirmação e independência, o tratado de Vestfália, a guerra ao terror e, mais recentemente, o avanço da extrema direita no mundo e a pandemia do Covid-19. (ZUCATTO, 2021, p. 02)

Assim o autor aponta que as relações raciais, que apesar de não serem comentadas nos estudos das RI, ela sempre foram o centro das relações internacionais, pois, a maior parte dos fenômenos internacionais em voga atualmente possuem uma dimensão racial e racista muito evidente, como exemplo temos o contexto das migrações, meio ambiente, novas tecnologias securitárias, uso de drones, intervenções humanitárias, missões de paz e reconstruções pós-guerra, avanço da extrema direita no mundo, e assim por em diante. (ZUCATTO, 2021, p. 07). É interessante também, nesta questão, problematizar que a centralidade dos pesquisadores e filósofos estavam preocupados com os assuntos voltados para o imperialismo e as questões de guerra e paz. Com um olhar diferente desse cenário, cabe ressaltar, nesse período, a militância do Du Bois, que baseando-se nas experiências e pelo pensamento dos africanos escravizados na América do Norte e os impactos da luta por libertação.



Ele argumentou que o problema da política internacional é o problema da linha de cor global, que divide as raças mais escuras e as mais claras. O termo linha de cor foi cunhado por Frederick Douglass e fazia parte da gramática de reconstrução do sul dos Estados Unidos depois da proclamação da emancipação. Assim, o Du Bois transfere, então, este termo para pensar a ordem mundial, colocando raça e também o racismo como princípios organizacionais da estrutura do sistema internacional no âmbito político, em artigo publicado em 1925, denominado “Worlds of Color”.(ZUCATTO, 2021, p. 10).

Nesse sentido percebemos que a colonialidade estava e está presente nas relações de poder, principalmente quando colocamos em pauta a construção discursiva que permeia as práticas políticas dentro das relações internacionais. E para o debate e ruptura desses paradigmas da colonialidade e na tentativa de descolonizar as RI a partir das perspectivas da amefricanidade, para isso teremos na segunda seção deste trabalho é justamente de trazer os diálogos entre teóricos tradicionais e contemporâneos que descrevem manifestos contra a colonialidade nas RI, que são chamados de críticos decoloniais. (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016, p. 16). Muitos se construíram através das contribuições intelectuais da América Latina. Outros, formam um grupo de investigações de intelectuais latino-americanos militantes e defensores da decolonialidade voltam seus olhares para as investigação modernidade/colonialidade. De fato, essa mobilização acadêmica serve para retrair os paradoxos de riscos de uma determinada colonização intelectual, assim, estes pesquisadores decoloniais lançaram bases para interpretações da realidade a partir das experiências da América Latina no contexto histórico sob a dominação europeia. (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016)

2. Decolonialidade: O projeto proliferante da desobediência contra as perspectivas da colonialidade.

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/ modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en



definitiva con todo poder no constituido en la decision libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. (QUIJANO, 1992, p. 350)

Nesse pequeno trecho que trago no início desta sub-seção é o que Quijano está propondo sobre a desobediência epistêmica, ou seja, devemos desobedecer as epistemologias para iniciar um movimento contra narrativa do ocidente, sem essa iniciativa e sem iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocêntricos, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases. (QUIJANO, 1992, p. 350). Para o autor tomar essa decisão nós fará capacitados a ultrapassar as ideologias dos limites do Marxismo, Freudismo, Lacanismo, Foucauldianismo; da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin.

Isso explicar, também para os leitores o que perpassa a ideia da reafirmação da co-existência do conceito descolonial não será tomado como “deslegitimar as idéias críticas europeias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida”. Nesse sentido, podemos pensar a decolonialidade como uma desobediência da episteme, justamente por ela trazer para o centro dos debates os não europeus agindo também como um sentido de coexistir, como apontado anteriormente pelo Quijano (1992). Em concordância ao pensamento do Quijano, a opinião de Fernando Fonseca (2021, p.25), sobre as narrativa da colonização dos povos, criticando uma possível teoria de outro autor na parte que o colonizador foi considerado como o “salvador” e construtor da civilização, que chega às Américas. E em seguida ele critica que este por sua vez sendo “homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu”, chega criando hierarquias entre as etnias, também foi o mesmo que estruturou as sociedades sob divisões. (FONSECA, 2021).

Nesse sentido já estaria manifestando o sentido do que seria decolonialidade, pois em uma frase, o autor aponta algumas problemáticas que o período colonial desencadeou na



formação da América Latina, e essa herança maldita está se perpetuando na contemporaneidade que é a colonialidade do poder. Que o Mignolo (2017), vai afirma ser a colonialidade o lado mais escuro da modernidade (está sendo uma associativa para a contemporaneidade), o que discordo com o autor apenas no termo “escuro”, pois somos nós escuros, pretos, negros que sofremos nas senzalas enquanto os brancos disputavam poder e escravizavam, acredito que a colonialidade seria o lado mais branco da modernidade. Antes de centralizando no conceito da palavra, é interessante os apontes históricos sobre a decolonialidade que o próprio Walter Mignolo (2017) trás em seu artigo “ *A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir*”, segundo ele:

O projeto global ocidentalizado entrou em colapso no início do século 21. Isso não significou o fim do Ocidente. Significou apenas o fim da ocidentalização em seu último intento: a globalização neoliberal. A ocidentalização do mundo não é mais possível...Ao contrário, as pessoas começam a reexistir. Isso significa imaginar um modo de viver suas/nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante, e nossa energia aos bancos, que estão constantemente nos assediando para obter créditos e pagar juros elevados. Respostas de diferentes tipos e níveis têm se tornado visíveis, incluindo o aparecimento de projetos de des-ocidentalização, entre os quais: o ressurgimento político da China em virtude da afirmação econômica; a recuperação, por parte da Rússia, da humilhação sofrida com o fim da União Soviética e a tentativa de evitar a ocidentalização na Ucrânia e na Síria; e a cooperação do Irã com a China ea Rússia. Esses projetos foram análogos ao crescimento da decolonialidade subsequente à Conferência de Bandung, em 1955. Isso significa que a decolonialidade emergiu após o colapso da União Soviética, demarcando-se em relação à descolonização. (MIGNOLO, 2019, p. 05)

Para o autor, a decolonialidade se iniciou a partir das resistências de grupos sociais, de países se aliado a outros, de várias obras escritas por acadêmicos e pesquisadores, juntos estes grupos formaram uma barreira de concreto entre o sistema ocidentalizado de um lado e do outro um novo modo de vida sem a participação de ocidente. E estas construções tiveram respostas na história global que fazem parte das RI, porque, esse sistema deixou de ser



conduzido por atores de instituições ocidentais, sendo que tal escolha foi manifestada entre conflitos, como está descrito na citação do autor. (MIGNOLO, 2017). Nesse sentido, o autor afirma que a decolonialidade não é mais referente aos aspectos de descolonização, como era usada durante a Guerra Fria, e sim ela torna-se um “*projeto de conservadorismo desobediente*”. O conservadorismo desobediente decolonial é a energia que gera o ódio dignificado e a cura decolonial, e seus principais objetivos são desvincular-se para reexistir, o que implica em revincular-se com os legados que se quer preservar, a fim de engajar-se em modos de existência com os quais as pessoas querem se engajar” (MIGNOLO, 2017, p. 06).

A desobediência está justamente explicada no sentido e nas várias formas que manifestam o reexistir direcionado ao lugar em que o indivíduo pode preservar suas histórias nos locais onde a mesma foram negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental. Ou seja, a decolonialidade nos permite a falar sobre raça, racismo, xenofobia, machismo etc nas RI, nesse caso, posso falar de raça trazendo meu contexto de mulher, negra, moradora de periferia em Salvador/BA, sendo que não preciso somente de falar das perspectivas eurocêntricas das RI, isso é desobediência ao sistema, que nesse sentido não é delinquência, é uma desobediência tanto civil como epistemológica, que poderia ser exercida em diferentes níveis e esferas. (MIGNOLO, 2017, p. 07).

Mahatma Gandhi [1869-1948], mostrou o caminho ao povo indiano, através de uma desobediência ideológica, pois, ele ensinava aos indianos, que é desnecessário dizer que o Estado, as corporações e os bancos não seriam a favor de que as pessoas assumissem o controle de seus próprios destinos. Entretanto, e isso é crucial, não pode haver um único plano diretor decolonial, e neste caso, isso seria excessivamente moderno, eurocêntrico, provinciano, limitado e ainda universal demais. (MIGNOLO, 2019, p. 07). Assim ele afirma que a decolonialidade “funciona com base na pluriversalidade e na verdade plural, e não na universalidade e em uma verdade única. Como mencionado acima, os primeiros movimentos da decolonialidade devem ser os da desvinculação. Em segundo lugar, ela deve trabalhar pela re-existência. Reexistir é algo diverso de resistir.”(MIGNOLO, 2017, p. 08).

Além destes pontos, é válido ressaltar que a decolonialidade contrapõe a colonialidade, ou como Mignolo chama de Matriz Colonial do Poder-MCP (MIGNOLO, 2017, p. 02),



justamente pelo sentido de os autores Bernadino-Costa e Ramón Grosfoguel mencionam que em vez de direcionar nossas pesquisas a uma única modernidade, sendo esta centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, Devemos enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escuta-dos não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade (BERNARDINO-COSTA & GROSFUGUEL, 2019, p. 21). Sendo assim, a MCP, que sustenta a padronização de um único modelo centralizado na sustentação do poder nas RI é aos poucos enfraquecido. Sendo assim, é importante trazer esses olhares decoloniais para a ruptura da MCP nas RI, e o pensamento de Lélia Gonzalez embarca nesse objetivo.

2.1 *Amefricanizando as Relações Internacionais: o pensamento decolonial de Lélia Gonzalez.*

Montaigne com o título “*Dos Canibais*” (1980 [1580], p. 80): “Não sei, disse, que género de bárbaros são estes (pois assim chamavam os Gregos a todas as nações estrangeiras) mas a disposição do exército que vejo não é de forma alguma bárbara”. Neste, o autor faz uma crítica à ideia dos povos indígenas serem lidos enquanto bárbaros, além de outros motivos, pela prática do canibalismo, como relatado por Colombo em suas viagens.

A ideia de trazer, no início desta seção, o autor do ocidente, cujo o título do da obra já é pejorativo aos povos originários (indígenas), e que nessa própria obra são tratados como bárbaros e incivilizados, é de justamente introduzir o pensamento decolonial de Lélia para desobedecer essa episteme. Primeiro porque, como o Quijano (1992), nos ensinou que a decolonialidade é desobedecer na tentativa de reexistir, a colonialidade que funda-se na “invenção do outro”. Sobre tal, os autorxs Blanco & Maldonato (2019, p. 138), mencionam que problematizar questões-chave de modo diferente e entender um outro lado, muito frequentemente marginalizado e silenciado, de alguns elementos e processos basilares da realidade internacional. Isto é especialmente importante em processos que, ao invés de serem



entendidos como fornecedores de um enquadramento para uma relação de poder. Consequentemente, além da colonização das Américas, percebe-se duas problematizações estruturais, as quais, precisamente por terem como centro a relação entre o Eu Europeu e o Outro Ameríndio [...]. (BLANCO & DELGADO, 2019. p. 138).

Nesse sentido a ‘amefricanidade’ se transveste neste sentido, tendo por diferenciação as narrativas voltadas para os africanos trazidos para o Brasil para serem escravizados unificando aos povos originários e assim formulado a população brasileira nesse contexto, por isso, a ‘amefricanidade’ também é um pensamento decolonial crítico e que integra no formato de desobediência, pois, representa a tentativa de reexistir entre estes processos (GONZALEZ, 2021; MIGNOLO, 2017). Tornando-se a libertação dos subalternos, esta é essencial para transcender a lógica meramente dualista, de complexidade, e demonstrando a indissociabilidade entre modernidade e decolonialidade através das perspectivas de Lélia Gonzalez, e seu pensamento sobre as relações raciais operam no Brasil, ressignificando este historicismo de resistências como ato de sobrevivência que esteve presente muito além das fronteiras territoriais e marítimas, dessa forma amefricanizar as relações internacionais. (GONZALEZ, 1988).

Mas, o que é amefricanidade? E como posicionar o pensamento decolonial de Lélia como fator de descolonização das RI? Primeiro, partindo da ideia de que a dimensão desse pensamento centra-se no político-cultural, que ultrapassa as barreiras territoriais, linguística e ideológica e assim, constrói um entendimento mais profundo da América (GONZALEZ, 2021, p. 17). Nesse sentido, a autora deseja trazer estes pontos, no caso, a cultura, política, espaços, língua e ideologia do outro não ocidental, por isso, o sentido de ultrapassar as barreiras territoriais, nos fazendo pensar sobre este contato com outros povos incluindo povos originários, africanos, indianos, mexicanos entre outros e assim se tornar desafio da normalização de incluir apenas o ocidente e os estadunidenses, assim a reitera que:

[...] há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais. A dinâmica de que ela trata — adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas — é a marca do seu próprio pensamento. Enquanto redefinição conceitual, a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano, que ela propõe, é fruto da



combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais. (GONZALEZ, 2021, p. 17)

Como também, serve como uma ferramenta de leitura do mundo moderno que permite a junção do papel do Brasil enquanto integrante da América dentro das relações internacionais (FONSECA, 2021). Partindo desse ponto, a autora explica que o termo ‘amefricanidade (*Amefricanity*)’, como também, *amefricanos*, foram pensados para representar negros de outras partes do mundo, pois ela criticava o termo ‘afro-americanos’, que remetia aos negros dos Estados Unidos da América-EUA. Além disso, utilizar a amefricanidade é uma forma democrática pois, “porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular)” (GONZALEZ, 2021, p. 122).

Nesse ponto a amefricanidade é o elemento chave para descolonizar as RI, porque, ela pensar em unificar outras antologias e para além disso, ela possuem as características no: caráter geográfico, incorporação dos processo histórico, a intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) afrocentrada e a referenciação em modelos como: a Jamaica, akan, Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon (GONZALEZ, 2021, p. 122). Diferente das RI que é predominantemente racionalista, colonialista, capitalista, multipolar, hegemônica, ocidental, heterossexual, cristã e branca. (GÓES, 2017, p. 10; FONSECA, 2021).

A pretensão aqui, não é de colocar a decolonialidade exposta por Lélia como uma solução única de resolução de todos os problemas causados pelos MCP na América Latina, nem afirma que ela está intimamente relacionada pan-africanismo, negritude, afrocentricity etc. A ideia de Lélia é de criar uma identidade étnica dos que estão na categoria de inferiores, subalternos, escravizados, ou seja, o outro não europeu, e que neste trabalho trago a amefricanidade como uma desobediência epistêmica (QUIJANO, 1992). Tal desobediência contra o tradicionalismo teórico, conceitual e sociopolítico que compõem as relações internacionais e que por serem constituídas pelo eurocentrismo acaba cristalizando a MCP na



contemporaneidade. E novamente podemos voltar ao que o Mignolo afirma em seu artigo, que a colonialidade não acabou e assim a decolonialidade deve prosseguir. (MIGNOLO, 2019)

A amefricanidade é um caminho que também nos faz refletir sobre a questão do tráfico transatlântico dos negros africanos que justamente trazemos no início da introdução questionamentos sobre este ponto. A Lélia nos ensinar a percorrer pela amefricanidade para lembrar como era a América Ladina, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa (negros e negras) e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos, ela representa toda uma descendência, que neste caso não é só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo (GONZALEZ, 2021). Este é um outro ponto que problematiza o surgimento das RI, que a historiografia localiza o surgimento organizado na primeira metade do século XX.

De maneira mais específica, existe uma espécie de “mito fundador” da disciplina que elegeu o ano de 1919, com a criação da Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, como sua pedra fundamental. O período em que se institucionaliza a disciplina destina a entender o comportamento dos Estados, tendo a guerra e a paz como seus temas centrais por excelência, que surge em um período marcado por grandes guerras e pela decadência dos impérios (ZUCATTO, 2020, p. 01). Nesse sentido a amefricanidade enquanto pensamento decolonial, desempenhado um papel crucial na elaboração de identidades na diáspora trazendo as experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada para o centro das RI.

Embora sejam espaços diferentes sociedades do continente, e de fato, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições nas sociedades (GONZALEZ, 2021, p. 123). E não deixa de ser um desafio, pensar nestes espaços que são o centro das RI, voltamos a pensar nas bases que os fomentam enquanto estrutura, que formulam: as diversas formas de “trabalhos” (escravatura, semi-servidão feudal, trabalho



assalariado, pequena produção de mercadorias) organizadas pelo capital no mercado mundial com vista ao lucro.

Que possuem uma divisão internacional em centro e periferia, pautadas e organizadas em um sistema controlado por homens europeus de forma institucionalizada, hierarquia étnica e racial que privilegia povos europeus como também, uma hierarquia global que privilegia os homens em lugar das mulheres alimentando o patriarcado. O caminho da amefricanidade é uma proposta de projeto de libertação decolonial para rompimento das construções de fronteiras do internacional, das ideologias, e da colonialidade do poder, servindo também, para revelar novos olhares acerca da concepção de progresso com relação à construção da modernidade. (GONZALEZ, 2021; FONSECA, 2021; GROSGOUEL, 2010; QUIJANO, 2000; WALLERSTEIN, 1992; SPIVAK, 1988)

Conclusão

A abordagem teórica decolonial, trabalhada nas Relações Internacionais estabelece-se no campo através do seu questionamento das estruturas de poder que pautam as relações da colonialidade em sua dimensão nas relações internacionais. Trazem como alternativa de superação dessas relações de poder a decolonialidade, pensadas a partir de narrativas que subvertem essa lógica. Nesta trabalhos, trazer a leitura das abordagem teórica decolonial em consonância com o pensamento amefricanidade de Lélia Gonzalez.

O esforço teórico-metodológico e político de articular ambas as correntes de pensamento se deve à possibilidade de descolonizar as Relações Internacionais. Nesse sentido, o trabalho buscou cumprir. Nesse sentido, a americanidade é o elemento que serve para descolonizar as relações internacionais, porque, faz parte dos saberes decoloniais, construída a partir dessa autora que revela novas formas de olhares acerca da concepção de nação e de progresso com relação à construção na contemporaneidade, colocando a formação afro-brasileira como parte do internacional. Para isso, a decolonialidade assume o papel de desobedecer as narrativas epistêmicas que estão voltadas à Europa, e que cristalizam a dominação através da MCP. (MIGNOLO, 2019).



A análise crítica da colonialidade presente neste trabalho contribui com o debate de que o processo político das relações internacionais é estruturado pelo ocidente, demonstrando que a corrente decolonial do pensamento americanidade é necessária, pois serve como ferramenta de rompimento da colonialidade e assim inicia o processo para a descolonização na política internacional entre atores e comunidades. Embora sejam espaços diferentes sociedades do continente, e de fato, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições nas sociedades. E não deixa de ser um desafio, pensar nestes espaços que são o centro das RI, trazendo novas antologias e olhares para esse centro ocidentalizado. (GONZALEZ, 2021)

Referências

ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order.** *International Affairs* 98: 1 (2022) 23–43; Published by Oxford University Press on behalf of The Royal Institute of International Affairs.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”?** O elo perdido do giro decolonial. *Dados*, v.60, n.2, p. 505-540, 2017.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Problematising the Ultimate Other of Modernity:** the Crystallisation of Coloniality in International Politics. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 3, p. 599-619, 2019.

BERNARDINO-COSTA, J., GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra.** *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016*

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre la negritud. Negritud, etnicidad y culturas afroamericanas.** *Discurso sobre el colonialismo.* Tradução de Beñat Baltza Álvarez. Madrid: Akal, 2006. p. 85-91.



ESCOBAR, Arturo.. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar:** ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (org.). La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FANON, Frantz (1965). Os condenados da terra. Lisboa: Editora Ulisseia Ltda.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa América Ladina:** o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez / Orientador: Prof. Dr. Victor Coutinho Lage. Dissertação (mestrado) - Universidade

Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2021

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser:** contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007.

MIGNOLO, D. Walter. **Desobediencia Epistémica:** Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad, y Gramática de la Descolonialidad. Buenos Aires: Edições del Signo, 2010.

MIGNOLO, D. Walter. **Histórias Locais/Designs Globais - Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Fronteiriço.** Princeton: Princeton University Press. 2000.

MIGNOLO, D. Walter. **Coloniality is Far from Over, and So Must Be Decoloniality.** Afterall journal, Londres, n.43, primavera-verão 2017, pp. 38-45. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/692552>>.

MIGNOLO, D. Walter. **COLONIALIDADE o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 32 n° 94 junho/2017. Traduzido por Marco Oliveira.

ROBERT, Bernasconi, **‘Who invented the concept of race? Kant’s role in the Enlightenment construction of race’**, in Robert Bernasconi, ed., Race (Oxford: Blackwell, 2001), pp. 11–36.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty et al. **Can the subaltern speak?** Reflections on the history of an idea, p. 21-78, 1988.



STADLER, Thiago David, KRACHENSKI, Naiara. **História, colonialismo, epistemologia: Aimé Césaire, Frantz Fanon e o pensamento decolonial.** REVISTA ESTUDOS LIBERTÁRIOS (REL), UFRJ, VOL.1] 1º semestre de 2019

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina.** Em E Lander (ed), La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, 2000: CLACSO, pp. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e Modernidade/Racionalidade.** Estudos Culturais- 2007 (2-3): 168-178.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 2021

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: uma militância,** 1982. In. Arte e ensaios, n. 38, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. Raça e Classe.** (5): 2, nov./dez. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Democracia Racial? Nada disso!,** 1981. In. UCPA, União dos Coletivos Pan- Africanistas; GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro.** Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Candido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GÓES, V.S.S. **Colonialidade do saber nas Relações Internacionais: um debate epistêmico.** Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 1, n. 1, 2017.

Grosfoguel, R. **A virada decolonial epistêmica: além dos paradigmas político-econômicos.** Estudos Culturais 21 (2): 211-223. 2007



QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ZUCATTO, Giovana E. Estado, Raça e Racismo: as relações internacionais revisitadas. Texto trata-se de um manuscrito de capítulo de livro a ser publicado sob organização de Flávia Rios, Luiz Augusto Campos e Raquel Lima, 2021-17p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La creación del sistema mundial moderno**. In: BERNARDO, L. Un mundo jamás imaginado. Bogotá: Editorial Santillana, 1992. WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: The Second Phase**. Review, XIII, 2, 287-93, Spring, 1990.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery** (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994; first publ. 1944), p. 7.